



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

23/03/2011

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. INSTITUCIONAL.....	1
1.2. JULGAMENTOS.....	2
2. JORNAL AQUI	
2.1. CONCURSO.....	3
2.2. PRISÃO.....	4
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. CORREIÇÕES.....	5 - 6
3.2. PRISÃO.....	7
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. JULGAMENTOS.....	8 - 9
4.2. TRIBUNAL DO JÚRI.....	10
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. CÂMARA CÍVEL.....	11
5.2. INSTITUCIONAL.....	12
5.3. JULGAMENTOS.....	13 - 16
5.4. PRISÃO.....	17
5.5. SISTEMA CARCERÁRIO.....	18 - 19
6. JORNAL EXTRA	
6.1. INSTITUCIONAL.....	20 - 22
6.2. JULGAMENTOS.....	23 - 24
7. JORNAL O DEBATE	
7.1. JULGAMENTOS.....	25 - 26
8. JORNAL O IMPARCIAL	
8.1. CORREIÇÕES.....	27
8.2. CÂMARA CÍVEL.....	28
8.3. SERVIDORES.....	29 - 32
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. DESEMBARGADORES.....	33
9.2. PRESIDENTE.....	34

TJ E SERASA FIRMAM CONVÊNIO

Convênio celebrado hoje entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a Serasa Experian permite aos magistrados maranhenses a emissão de ordens judiciais eletrônicas, determinando a realização de alterações cadastrais, exclusão e reinclusão de anotações no banco de dados daquela empresa, mediante o uso de certificados digitais e de criptografia.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, destacou, durante o ato, as vantagens do serviço para a Justiça estadual e os jurisdicionados. "A celebração do convênio atende o princípio constitucional da celeridade, com a virtualização dos processos judiciais, além de reduzir o tempo de tramitação e de cumprimento das ordens judiciais. A medida vem se somar ao esforço do Tribunal para a modernização da Justiça maranhense, na perspectiva de garantir uma melhor prestação jurisdicional", ressaltou.

Os juízes vão poder determinar a exclusão, reinclusão ou anotação no banco de dados da Serasa, usando cadastros individuais e senhas exclusivas. Até a assinatura do convênio, esses procedimentos eram realizados pelo Correio, o que demandava tempo e custos por parte do Judiciário, com correspondência, papel e tinta para impressão.

ACESSO COM CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Logo no primeiro acesso ao sistema da Serasa, os magistrados autenticarão a identidade a partir do certificado digital e informarão o e-mail para que fiquem habilitados a emitirem ordens judiciais eletrônicas.

O juiz Alexandre Abreu observou que a assinatura do convênio representa um avanço e refletirá positivamente no trabalho dos magistrados e do todo o Judiciário maranhense e deverá abranger ações na área do Direito do consumidor. "É um convênio pioneiro no país e de grande alcance, que deverá ser celebrado também com concessionárias de serviços da área de telefonia, energia, dentre outras", salientou.

Além da implantação do "software", a Serasa Experian disponibilizará gratuitamente um sistema eletrônico para a conexão e o fluxo de ordens judiciais eletrônicas exaradas pelos magistrados, que usarão certificados digitais emitidos preferencialmente pela AC Serasa no âmbito da ICP Brasil.

A empresa capacitará um servidor indicado pelo TJMA para a utilização do sistema, ficando este responsável pela disseminação das informações para a utilização do sistema no âmbito do Judiciário.

Governo mantém aberta negociação com o sindicato de professores

O Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Educação (Seduc), reafirmou, ontem, que mantém aberto o canal de diálogo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Maranhão (Sinproesemma), mesmo após o Tribunal de Justiça decretar a ilegalidade da greve dos professores da rede estadual de ensino.

Em documento encaminhado ao sindicato, nesta terça-feira (22), a Seduc apela mais uma vez à sensibilidade da direção do Sinproesemma, conclamando os profissionais da Educação Estadual para o retorno às atividades, de modo a interromper os gravíssimos prejuízos que a paralisação está causando aos alu-

nos da rede pública estadual de ensino, bem como às suas famílias e à sociedade maranhense.

“Mesmo com o comunicado de greve da categoria, encaminhado à Seduc, no dia 24 de fevereiro, o Governo do Estado sempre manteve aberto o diálogo com o Sindicato”, destacou a secretária de Educação, Olga Simão. Ela lembrou que, em reunião no dia 28 de fevereiro, entre o Governo e a diretoria do sindicato, o Estado respondeu à proposta de negociação da pauta de reivindicações da categoria e apelou pela sensibilidade do Sinproesemma para que a greve não fosse deflagrada, a fim de garantir a normalidade do calendário escolar.

▶ MARANHÃO**Inscrições do TJ-MA podem ser feitas até 8 de abril**

Continuam abertas até 8 de abril as inscrições para o concurso do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA). São 58 vagas para preenchimento imediato, mais cadastro de reservas. Oportunidades para níveis

médio e superior. Os interessados podem efetivar a participação no site www.tjma.jus.br. O valor da taxa de inscrição varia de R\$ 45 a R\$ 75. O concurso de validade de dois anos, prorrogáveis por igual tempo.

▶ TERROR EM CANA

Polícia Civil captura autor de vários crimes no Gapara

José da Paixão Araújo, o "Ribinha Branco", de 25 anos, foi preso, na manhã desta terça-feira, pela equipe de apoio operacional da Superintendência da Polícia Civil da Capital (SSPC). Ele era procurado por diversos crimes, dentre os quais, dois homicídios e um assalto. A ação que resultou na prisão de Ribinha aconteceu no povoado Gapara, localizado nas proximidades da Vila Embratel.

Dos homicídios que pesam contra José da Paixão, um ocorreu em 2009 na Choperia Gaúcho, localizada nas imediações da Avenida Guajajaras, em 2009, onde a vítima foi um homem identificado apenas como "Branco". Em decorrência deste crime, foi aberto um mandado de prisão preventiva pela 2ª Vara criminal da capital contra ele.

Outro assassinato cometido pelo acusado ocorreu em 2004, no bairro Sacavém, onde a vítima, que morreu com vários ti-

ros, é conhecida apenas como "Renatinho". Desta vez, o mandado de prisão preventiva foi expedido pela 1ª Vara da capital.

E para agravar ainda mais a situação do criminoso, foi aberto pela 7ª Vara criminal outro mandado de prisão contra ele. Porém, desta vez, o crime foi prática de roubo qualificado na sede da Companhia Energética do Maranhão (Cemar), em 2009.

Apesar da lista intensa de crimes cometidos por Araújo, a polícia ainda investiga outros nos quais ele pode estar envolvido. "Nós estamos fazendo diligências no sentido de localizar armas e drogas nos locais onde ele estava escondido, pois, contra ele pesam uma série de acusações, inclusive por ser matador de aluguel a serviço das bocas de fumo", diz o superintendente da Polícia Civil da capital, delegado Sebastião Uchoa.

Processo sobre distribuição de processos enviado ao CNJ

Os autos do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) de nº 35375, que apura a distribuição viciada de processos no Fórum do Calhau, a partir da Secretaria de Distribuição, foram enviados à corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, pelo corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. **PÁGINA 3**

Processo sobre distribuição de processos no Fórum do Calhau é enviado ao CNJ

Os autos do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) de nº 35375, que apura a distribuição viciada de processos no Fórum do Calhau, a partir da Secretaria de Distribuição, foram enviados à corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, pelo corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. Com a iniciativa o corregedor se antecipa ao anúncio de vistoria completa do CNJ naquela secretaria - sem data confirmada - e manifesta vontade de colaborar na apuração de fatos.

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) encontrou, em 2009, indícios de falta funcional e direcionamento de processos na Secretaria de Distribuição do Fórum do Calhau, que resultaram em agosto daquele ano na instauração de PAD na gestão do corregedor Jamil Gedeon, atual presiden-

te do Tribunal de Justiça.

Em razão de novas denúncias, Guerreiro Júnior determinou em fevereiro de 2010 - dois meses após assumir a CGJ - o afastamento preventivo dos quatro servidores implicados.

Um deles, entretanto, conseguiu voltar à função por força de mandado de segurança, no qual levantou a suspeição de um juiz auxiliar da CGJ que participava de correição geral extraordinária na Secretaria de Distribuição.

Guerreiro Júnior reconhece em documento à ministra que acolheu a alegação do servidor, por entender que o postulado da imparcialidade não fora respeitado, e indicou novo juiz para presidir a Comissão Processante. Por princípio, ficariam afastados da presidência os outros juizes auxiliares que participaram da correição extraordinária.

Não bastassem os subterfúgios processuais, a Corre-

gedoria encontraria mais obstáculos para concluir o PAD.

Dois juizes indicados para presidir a Comissão Processante se declararam suspeitos. A presidência finalmente foi aceita pelo juiz Pedro Henrique Holanda Pascoal, da 2ª Vara da Comarca de Tuntum, confirma portaria publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 2 de março último.

"Os fatos são graves e recebem atuação idônea e reta, para que os responsáveis tenham punição administrativa e penal", comenta o corregedor.

Segundo Guerreiro Júnior, a Corregedoria tomou todas as medidas legais para desmantelar em definitivo o esquema de distribuição de processos no Calhau. "Caso o CNJ tenha armas mais eficazes para combatê-lo, e é o que Judiciário maranhense espera, vamos apóia-lo irrestritamente", diz.



Corregedor-geral de Justiça, Guerreiro Júnior

Polícia prende homicida



Antonio José Paixão foi preso acusado de vários crimes na capital.

Policiais da Equipe Operacional da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) deram cumprimento, ontem (22), a um mandado de prisão preventiva contra o procurado de Justiça Antonio José da Paixão Araújo, o "Ribinha branco", de 25 anos. Acusado de cometer vários homicídios e assaltos em São Luís, ele foi preso,

após investigações, no povoado Gapara, nas proximidades da Vila Embratel.

Segundo informações policiais, Antonio José tem prisão preventiva decretada pela 2ª Vara Criminal da capital pelo crime de homicídio contra um homem conhecido como Branco. O crime ocorreu na Choperia Gaúcho, em 2009.

Ele responde ainda a dois processos criminais, sendo um na 1ª Vara Criminal, pelo homicídio de um homem identificado por Renato, assassinado a tiros no bairro Sacavém, em 2004; e outro processo, na 7ª Vara Criminal, pela prática de roubo qualificado realizado na sede da Companhia Energética do Maranhão (Cemar), em 2009. Contra Ribinha ainda pesam outras acusações, inclusive a de ser matorador de aluguel que agia a serviço das bocas de fumo em São Luís.

A equipe da SPCC continua em investigações a fim de apreender armas e drogas nos locais onde o acusado vinha agindo. Logo depois de prestar depoimento, o acusado será encaminhado ao Centro de Triagem (CT).

GOVERNO MANTÉM ABERTA NEGOCIAÇÃO COM O SINDICATO

O Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Educação (Seduc), reafirmou, nesta terça-feira (22), que mantém aberto o canal de diálogo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Maranhão (Sinproesemma), mesmo após o Tribunal de Justiça decretar a ilegalidade da greve dos professores da rede estadual de ensino. Em documento encaminhado ao sindicato, ontem terça-feira, 22, a Seduc apela mais uma vez à sensibilidade da direção do Sinproesemma, conclamando os profissionais da Educação Estadual para o retorno às atividades, de modo a interromper os gravíssimos prejuízos que a paralisação está causando aos alunos da rede pública estadual de ensino, bem como às suas famílias e à sociedade maranhense. **PAG. 03**

Governo mantém aberta negociação com o sindicato

O Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Educação (Seduc), reafirmou, nesta terça-feira (22), que mantém aberto o canal de diálogo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Maranhão (Sinproesemma), mesmo após o Tribunal de Justiça decretar a ilegalidade da greve dos professores da rede estadual de ensino.

Em documento encaminhado ao sindicato, ontem terça-feira, 22, a Seduc apela mais uma vez à sensibilidade da direção do Sinproesemma, conclamando os profissionais da Educação Estadual para o retorno às atividades, de modo a interromper os gravíssimos prejuízos que a paralisação está causando aos alunos da rede pública estadual de ensino, bem como às suas famílias e à sociedade maranhense.

"Mesmo com o comunicado de greve da categoria, encaminhado à Seduc, no dia 24 de fevereiro, o Governo do Estado

sempre manteve aberto o diálogo com o Sindicato", destacou a secretária de Educação, Olga Simão. Ela lembrou que, em reunião no dia 28 de fevereiro, entre o Governo e a diretoria do sindicato, o Estado respondeu à proposta de negociação da pauta de reivindicações da categoria e apelou pela sensibilidade do Sinproesemma para que a greve não fosse deflagrada, a fim de garantir a normalidade do calendário escolar.

O Sinproesemma decretou a greve em meio às negociações, mesmo depois de a Seduc mostrar, de forma transparente, a dotação orçamentária para o exercício financeiro de 2011 e sinalizar com a implantação da tabela progressiva de aumento salarial da categoria.

A Seduc ressaltou ainda que o teor das negociações com o sindicato foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação, tendo em vista o compro-

misso do Governo do Estado com a transparência e a publicização de seus atos e decisões.

Valorização

A secretária de Educação, Olga Simão, disse que o Governo do Maranhão vem investindo na valorização e no reconhecimento dos profissionais da educação. "O professor tem sido reconhecido, prova disso é o compromisso do Governo de implantar, na totalidade, o Estatuto do Educador ainda este ano, contemplando, inclusive, a revisão salarial da categoria", enfatizou a secretária.

Em um ranking do piso salarial pago a professores com curso superior, por 20 horas trabalhadas, o Estado tem o melhor salário do país, com o valor de R\$ 1.631,69. O Maranhão está à frente, por exemplo, do Distrito Federal e de Mato Grosso do Sul, cujas remunerações são de R\$ 1.016,77 e 994,44, respectivamente, para professores com a mesma jornada.

HOMICÍDIO QUALIFICADO

2ª Vara de Santa Inês realiza esta semana três júris

A juíza titular da 2ª Vara de Santa Inês, Larissa Rodrigues Tupinambá Castro, promove três sessões de júri popular esta semana. "Os julgamentos referem-se a processos da Meta 2 do CNJ e são relativos a fatos ocorridos antes de 2007.", informa a magistrada. Nos três casos, os réus são acusados de homicídio qualificado.

O júri de ontem terça-feira, 22, teve como acusado Antonio Joacy Farias Pinho e vítima Silvano Silva e Silva. O crime teria ocorrido por volta do meio-dia de 24 de setembro de 2007, na Rua Porto Alegre, n.º 139, Bairro Vila Militar, em Santa Inês.

Segundo consta nos autos, o denunciado conviveu maritalmente com Antonia Leite de Jesus por 12 anos, com quem teve um filho. Apesar de ter outra mulher e estar separado há três anos, nunca deixou Antonia em paz e sempre a ameaçava quando a encontrava em eventos.

Antonia Leite passou a se relacionar com Silvano Silva e este já a visitava em casa. No dia do crime, o ex-marido ao encontrar a vítima na casa da ex-mulher perguntou: "Tu já tá com homem aqui dentro de casa?". Antonia respondeu que ela e Silvano estavam se gostando, mas ainda não moravam juntos.

A vítima saiu do quarto e propôs ao denunciado que conversassem, tendo início uma discussão. Antonio Joacy Pinho saiu dizendo à ex-mulher que aguardasse, pois "o que era seu

estava guardado".

A ex-mulher ficou amedrontada e foi para casa da vizinha. Poucos depois o réu voltou. Quando o namorado de Antonia saía do quarto, Antonio sacou de um revólver. A arma falhou e ambos começaram a brigar na rua pela posse da arma. Antonio atirou novamente no peito de Silvano e fugiu em seguida.

Consta que um dos pedreiros que trabalhava na casa de Antonia chegou a tomar a arma de Antonio, mas este já havia morto Silvano. Quando a polícia chegou o pedreiro entregou a arma do crime.

O acusado fugiu para Maracumé e somente depois de dois meses se apresentou na delegacia de Santa Inês para prestar declarações.

A promotora de Justiça Araceles Lima Ribeiro e o advogado de defesa Irandy Garcia da Silva atuarão em dois júris.

Hoje quarta-feira, 23, Geovane Silva Machado, o "Geor", será julgado pelo homicídio de Everaldo Monteiro Nery Freire. O crime ocorreu em maio de 2007, também na Vila Militar. Na quinta, 24, Cley Ferreira Costa, o "Pelado", pela morte de Raimundo dos Santos Matos.

Segundo a juíza Larissa Tupinambá, depois desses júris não restará na 2ª Vara qualquer processo em fase de designação de julgamento pelo tribunal popular, o que significa que todos os réus pronunciados terão sido julgados.

Justiça anula sentença que condenou o ex-gestor de Caxias Paulo Marinho

**Decisão de anulação foi
unânime; ex-prefeito
foi condenado por ato de
improbidade em 1996**

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) anulou a sentença da Justiça de 1º grau que condenou o ex-prefeito de Caxias, Paulo Marinho, em dezembro de 2009, à suspensão dos direitos políticos por cinco anos, pagamento de multa fixada em 30 vezes o valor da maior remuneração recebida quando prefeito, e o proibiu de contratar com o poder público, receber benefícios, incentivos fiscais ou de crédito.

Unanimemente, a 4ª Câmara seguiu o voto do relator, de-

sembargador Jaime Araújo, que deu provimento ao recurso do ex-prefeito, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos ao juízo de origem, para que seja feita a devida instrução do processo.

Araújo entendeu que, no caso, não cabia o julgamento antecipado feito pelo juiz e lembrou que o Ministério Público Estadual já havia alertado o magistrado.

Ao analisar o processo, Jaime Araújo considerou ter havido erro insuperável e suficiente para anular a sentença. "O magistrado de 1º grau passou ao largo da fase de instrução processual e que há aspectos técnicos específicos que necessitam ser esclarecidos por profissional habilitado", destacou o desembargador.



Divulgação

O presidente do TJ, Jamil Gedeon (c), assina convênio com a Serasa

TJ firma convênio para agilizar as ordens judiciais

A celebração de convênio com a Serasa foi formalizado ontem, possibilitando maior agilidade nas atividades dos magistrados

Convênio celebrado ontem entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a Serasa Experian permite aos magistrados maranhenses a emissão de ordens judiciais eletrônicas, determinando a realização de alterações cadastrais, exclusão e reinclusão de anotações no banco de dados daquela empresa, mediante o uso de certificados digitais e de criptografia.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, destacou, durante o ato, as vantagens do serviço para a Justiça estadual e os jurisdicionados. "A celebração do convênio atende o princípio constitucional da celeridade, com a virtualização dos processos judiciais, além de reduzir o tempo de tramitação e de cumprimento das ordens judiciais. A medida vem se somar ao esforço do Tribunal para a modernização da Justiça maranhense, na perspectiva de garantir uma melhor prestação jurisdicional", ressaltou.

Os juízes vão poder determinar a exclusão, reinclusão ou anotação no banco de dados da Serasa, usando cadastros individuais e senhas exclusivas. Até a assinatura do convênio, esses procedi-

mentos eram realizados pelo Correio, o que demandava tempo e custos por parte do Judiciário, com correspondência, papel e tinta para impressão.

Signatário do convênio, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Guerreiro Junior, destacou a importância da parceria do Judiciário com a iniciativa privada. "É uma parceria importante que vai resultar em ganhos para a Justiça, tendo em vista os benefícios que vai proporcionar na transmissão eletrônica de ordens judiciais, resultando em agilidade e segurança no processamento das informações", frisou.

O convênio permite também que os juízes autorizem o cadastramento de servidores para que estes possam também encaminhar, pelo sistema, ordem judicial eletrônica. Todas as notificações do sistema que tratem de ordens judiciais serão enviadas para o e-mail cadastrado pelo magistrado.

Logo no primeiro acesso ao sistema da Serasa, os magistrados autenticarão a identidade a partir do certificado digital e informarão o e-mail para que fiquem habilitados a emitir ordens judiciais.

Rápida

Diálogo

O Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Educação (Seduc), reafirmou, ontem, que mantém aberto o canal de diálogo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Maranhão (Sinproesemma), mesmo após o Tribunal de Justiça decretar a ilegalidade da greve dos professores da rede estadual de ensino.

Porta aberta

O Governo do Estado sinaliza que mantém aberto o canal de diálogo com o Sindicato dos Professores, mesmo após o Tribunal de Justiça decretar a ilegalidade da greve.

Em documento encaminhado ontem ao sindicato, a Seduc apela mais uma vez à sensibilidade da direção da entidade, conclamando os profissionais da educação para o retorno às atividades.

Tudo indica que haverá um entendimento em pouco tempo.

MP aguarda posicionamento da Justiça sobre a falta de vagas na rede municipal

Ministério Público tomou todas as medidas cabíveis para solucionar a falta de vagas em escolas municipais na Cidade Operária, Cidade Olímpica e Itaqui-Bacanga



Promotor de Justiça da Educação, Paulo Avelar, ajuizou duas ações contra a Prefeitura por causa da falta de vagas

Diego Torres
Da equipe de **O Estado**

O Ministério Público Estadual (MP) aguarda um posicionamento da Justiça sobre a falta de vagas em escolas da rede municipal de São Luís. O caso já foi denunciado em várias oportunidades por **O Estado** e já foi alvo de duas ações civis públicas propostas pela Promotoria de Justiça da Educação.

Conforme explicou o promotor da Educação, Paulo Silvestre Avelar, o MP tomou todas as medidas cabíveis para solucionar a questão da falta de vagas em escolas municipais nas áreas da Cidade Operária, Cidade Olímpica e Itaqui-Bacanga. Avelar disse que tentou uma solução diretamente com a Secretaria Municipal de Educação (Semed), mas como ne-

“

A ação foi distribuída no dia 17 de fevereiro e concedida liminar no mesmo dia, porém os mandados só foram cumpridos no dia 18 de março”

Paulo Avelar, promotor de Justiça

nhuma medida foi tomada, ajuizou duas ações contra a Prefeitura de São Luís. "Nas duas ações, o juiz concedeu uma liminar determinando que o Município providenciasse as vagas. A ação foi distribuída dia 17 de fevereiro e concedida liminar no mesmo dia, porém os mandados só foram cumpridos no dia 18 de março," explicou o promotor.

Como os mandados são entregues por oficiais de Justiça, Paulo Avelar não soube informar o motivo de eles terem sido cumpridos um mês e um dia depois de enviados. Na prática, é como se o prefeito João Castelo só tivesse tomado conhecimento da determinação da Justiça no dia 18 deste mês, embora o problema tenha sido amplamente noticiado. "Eu também achei um prazo muito elástico, até porque como o prazo dado pela Justiça para so-

lução do caso é de 30 dias, a Prefeitura tem até o dia 18 de abril para resolver o problema da falta de vagas", frisou Avelar.

Denúncia - Desde o início deste ano, a carência de vagas na rede pública municipal e a falta de transporte escolar na zona rural vêm sendo denunciadas por **O Estado**. Em reportagem publicada dia 16 de janeiro (pouco menos de um mês antes do início do ano letivo), a condição de prédios onde funcionam anexos da Unidade de Educação Básica Jornalista Ribamar Bogéa, na Cidade Olímpica, foi mostrada: aluguéis atrasados e salas de aula insalubres foram alvo de críticas de proprietários e pais de alunos.

No dia 8 de fevereiro (um dia depois do início do ano letivo na rede pública municipal) a publicação tratou de uma denúncia em que mais de 600 es-

tudantes da área Itaqui-Bacanga estavam sem ter onde estudar. Conselheiros tutelares criticaram a falta de infra-estrutura e superlotação no anexo da Unidade de Educação Básica Ministro Carlos Madeira, no bairro São Raimundo. Quatro dias depois, a reclamação de falta de vagas foi mostrada na Cidade Olímpica e Cidade Operária. Uma lista de espera havia sido feita com cerca de 300 crianças aguardando o surgimento de uma vaga.

Na manhã de segunda-feira, dia 21, **O Estado** tentou ouvir a Semed. O contato foi feito por telefone e e-mail para saber quais seriam as medidas tomadas pela Prefeitura de São Luís para resolver a situação das crianças sem escola. Ontem foi reiterada a necessidade de resposta do órgão responsável e mais uma vez ninguém da Semed se pronunciou.

Homem é preso acusado de vários homicídios em SL

Além de assassinatos, Antônio José da Paixão Araújo é autor de assaltos pelos quais tinha prisão preventiva decretada pela Justiça

Policiais da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) deram cumprimento na terça-feira, 22, a um mandado de prisão preventiva contra Antônio José da Paixão Araújo, o *Ribinha Branco*, de 25 anos. Acusado de cometer vários homicídios e assaltos em São Luís, ele foi preso após investigações, no povoado Gapara, nas proximidades da Vila Embratel.

Segundo informações policiais, Antônio José tem prisão preventiva decretada pela 2ª Vara Criminal da capital pelo crime de homicídio contra um homem conhecido como Branco. O crime ocorreu na Choperia Gaúcho, em 2009.

Ele responde ainda por dois processos criminais, um na 1ª Vara Criminal, pelo homicídio de um homem identificado por *Renatinho*, morto a tiros no bairro Sacavém, em 2004, e outro na 7ª Vara Criminal, pela prática de roubo qualificado realizado na sede da Companhia Energética do Maranhão (Cemar), em 2009. Contra



Antônio José da Paixão Araújo

ele ainda existem outras acusações, inclusive a de ser matador de aluguel que agia a serviço das bocas-de-fumo em São Luís.

A equipe da SPCC continua em investigações a fim de apreender armas e drogas nos locais onde o acusado vinha agindo. Logo depois de prestar depoimento, *Ribinha* foi encaminhado ao Centro de Triagem (CT), em Pedrinhas.

Diário de Caxias



Anele de Paula
aneledepaula@mirante.com.br

“Mesmo
com a
superlotação,
muitos não
querem deixar
a CCPJ, pior
do que está
não fica”

Números

Nas 14 celas comuns da Central de Custódia de Presos de Justiça estão 63 sentenciados e 79 presos provisórios. São 19 celas, sendo 14 para presos comuns, duas para triagem, uma para o regime semi-aberto, uma cela especial e duas para as detentas.

Projeto

Nem tudo é negativo na central. Por meio da intervenção do diretor e de outras autoridades, os presos montaram uma horta. Parte das hortaliças colhidas é utilizada na alimentação dos presos e também vendida para a comunidade. Parte da renda é distribuída entre os presos.

Bomba-relógio

A Central de Custódia de Presos de Justiça de Caxias está sofrendo do mesmo mal que assola diversas cadeias e presídios espalhados pelo Brasil afora, a superlotação.

O local que possui capacidade para 80 detentos já conta 149. Enquanto os números de detentos aumentam a central encolhe, já não há espaço para tanta gente.

Há mais de 10 anos não há rebeliões no local, mas isso não significa que os presos que passam longas temporadas pela CCPJ sejam coniventes com a situação na qual se encontra a

unidade prisional. É uma bomba-relógio pronta para explodir a qualquer momento.

Mesmo com a superlotação, muitos não querem deixar a

Onde detentos já foram flagrados passando a noite em verdadeiras jaulas, dividir a cela com dezenas de outras pessoas, em um espa-

Nem tudo é negativo na central. Por meio da intervenção do diretor e de outras autoridades, os presos montaram uma horta

CCPJ, pior do que está não fica, assumem alguns. Mas a coisa ainda pode piorar e os exemplos estão aí a mesmo para provar isso.

ço apertado, é o paraíso, para quem espera que um dia a liberdade chegue, ainda que tardiamente.

DEPUTADO MANOEL RIBEIRO DENUNCIA:

EMPRESÁRIO DA GRILAGEM CAUSA PÂNICO EM BALSAS

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Manoel Ribeiro (PTB), utilizou parte do grande expediente na sessão desta terça-feira (22) da Assembleia Legislativa, para "desmascarar o grileiro de terras Euclides de Carli", estabelecido na região sul do Estado. De posse em ampla pesquisa sobre as atividades do empresário, o deputado disse que Carli não é o que tenta passar para a população do Maranhão, por meio de nota divulgada no

blog de Décio Careca. Baseado em um Relatório de Impacto Ambiental (Rima), divulgado pelo EcoDebate, Cidadania & Meio ambiente, Manoel disse que pesam sobre Carli a grilagem e o desmatamento ilegal de 11 mil hectares de mata nativa, para a plantação de grãos de soja nos Gerais de Balsas. PÁGINA 3

Deputado acusa o empresário Euclides de Carli de grilagem

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Manoel Ribeiro (PTB), utilizou parte do grande expediente na sessão desta terça-feira (22) da Assembleia Legislativa, para "desmascarar o grileiro de terras Euclides de Carli", estabelecido na região sul do Estado.

De posse em ampla pesquisa sobre as atividades do empresário, o deputado disse que Carli não é o que tenta passar para a população do Maranhão, por meio de nota divulgada no blog de Décio Careca.

Baseado em um Relatório de Impacto Ambiental (Rima), divulgado pelo EcoDebate, Cidadania & Meio ambiente, Manoel disse que pesam sobre Carli a grilagem e o desmatamento ilegal de 11 mil hectares de mata nativa, para a plantação de grãos de soja nos Gerais de Balsas.

O relatório diz que Euclides de Carli é o pretense proprietário das 13 fazendas griladas nos municípios de Balsas, Tasso Fragoso e Alto Parnaíba e mais

outros milhares de hectares de terras.

Ainda segundo o relatório, na área grilada por de Carli uma confusão fundiária que até hoje transita no cartório de Balsas. "Ninguém sabe exatamente de quem são as terras, mas as áreas possuem títulos do Governo do Maranhão. Carli se beneficia desta situação", disse o parlamentar, referindo-se ao documento.

O relatório revela também que o dirigente da Comissão Pastoral da Terra de Balsas, Antônio 'Crioulo', constatou, por meio de contato direto e proposta de acordo de trocas de posses, que Carli é um dos maiores especuladores de terras de Balsas e utiliza o trabalho de pistoleiros.

LAVRADORES EM PÂNICO - Para Manoel, uma matéria intitulada: Grilagem de Terras em Balsas para o plantio de eucalipto - divulgada pelo Centro dos Direitos das Populações da Região dos

Carajás - revela o lado violento de Euclides de Carli que, segundo ele, possui mais de um milhão de hectares de terras no Maranhão.

Segundo a matéria, a chegada da monocultura de soja no Sul do Maranhão foi ganhando espaço e roubando o espaço dos lavradores, que nunca imaginavam que suas terras teriam tanto valor.

A matéria diz ainda que a comunidade Caracolzinho, formada por lavradores expulsos das margens do rio Balsas, estão em pânico, com medo do empresário. "O Estado, a CPT, e a Diocese tentaram proteger os lavradores. Mas, Carli chegou do Tocantins, dizendo ser dono dos 5 mil hectares do local, afirmou.

Manoel Ribeiro informou ainda que pesam também sobre Carli a suspeita de dois assassinatos: o primeiro teria sido denunciado por um irmão de um lavrador de Caracolzinho, que foi morto porque não quis vender terras a Euclides de Carli.

O deputado disse que o segundo foi um capanga do próprio empresário, conhecido

como 'Orelinha', que estava se tornando latifundiário em Balsas, e apareceu morto no Piauí. "Vou provar, inclusive com vídeo, a verdadeira face desse bandido", prometeu Manoel Ribeiro.

PROCESSOS NA JUSTIÇA - Os últimos documentos exibidos pelo líder do governo foram extraídos do site do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Segundo o parlamentar, Carli alega ter o nome limpo na justiça, mas responde a 26 processos judiciais, apenas na Comarca do Município de Balsas.

O deputado garante que a maioria destes processos diz respeito à execução por título extrajudicial, manutenção de posse, carta precatória, reintegração de posse, nulidade de contrato ou ato jurídico, execução fiscal, ação cautelar de exibição e ação ordinária de nulidade.

GOVERNO MANTÉM ABERTA NEGOCIAÇÃO COM PROFESSORES

PÁGINA 4

Governo mantém aberta negociação com o sindicato dos professores

O Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Educação (Seduc), reafirmou, nesta terça-feira (22), que mantém aberto o canal de diálogo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Maranhão (Sinproesemma), mesmo após o Tribunal de Justiça decretar a ilegalidade da greve dos professores da rede estadual de ensino.

Em documento encaminhado ao sindicato, nesta terça-feira (22), a Seduc apela mais uma vez à sensibilidade da direção do Sinproesemma, conclamando os profissionais da Educação Estadual para o retorno às atividades, de modo a interromper os gravíssimos prejuízos que a paralisação está causando aos alunos da rede pública estadual de ensino, bem como às suas famílias e à sociedade maranhense.

"Mesmo com o comunicado de greve da categoria, encaminhado à Seduc, no dia 24 de fevereiro, o Governo do Estado sempre manteve aberto o diá-

logo com o Sindicato", destacou a secretária de Educação, Olga Simão. Ela lembrou que, em reunião no dia 28 de fevereiro, entre o Governo e a diretoria do sindicato, o Estado respondeu à proposta de negociação da pauta de reivindicações da categoria e apelou pela sensibilidade do Sinproesemma para que a greve não fosse deflagrada, a fim de garantir a normalidade do calendário escolar.

O Sinproesemma decretou a greve em meio às negociações, mesmo depois de a Seduc mostrar, de forma transparente, a dotação orçamentária para o exercício financeiro de 2011 e sinalizar com a implantação da tabela progressiva de aumento salarial da categoria.

A Seduc ressaltou ainda que o teor das negociações com o sindicato foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação, tendo em vista o compromisso do Governo do Estado com a transparência e a publicização de seus atos e decisões.

**GOVERNO
MANTÉM ABERTA
NEGOCIAÇÃO COM
PROFESSORES**

(Página 05)

Governo mantém aberta negociação com professores

Em documento encaminhado ao sindicato, a Seduc apela à sensibilidade da direção do Sinproesemma

O governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Educação (Seduc), reafirmou, nesta terça-feira (22), que mantém aberto o canal de diálogo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Maranhão (Sinproesemma), mesmo após o Tribunal de Justiça decretar a ilegalidade da greve dos professores da rede estadual de ensino.

Em documento encaminhado ao sindicato, nesta terça-feira (22), a Seduc apela mais uma vez à sensibilidade da direção do Sinproesemma, clamando os profissionais da Educação Estadual para o retorno às atividades, de modo a interromper os gravíssimos prejuízos que a paralisação está causando aos alunos da rede pública estadual de ensino, bem como às suas famílias e à sociedade maranhense.

"Mesmo com o comunicado de greve da categoria, encaminhado à Seduc, no dia 24 de fevereiro, o Governo do Estado sempre manteve aberto o diálogo com o Sindicato", destacou a secretária de Educação, Olga Simão. Ela

lembrou que, em reunião no dia 28 de fevereiro, entre o Governo e a diretoria do sindicato, o Estado respondeu à proposta de negociação da pauta de reivindicações da categoria e apelou pela sensibilidade do Sinproesemma para que a greve não fosse deflagrada, a fim de garantir a normalidade do calendário escolar.

O Sinproesemma decretou a greve em meio às negociações, mesmo depois de a Seduc mostrar, de forma transparente, a dotação orçamentária para o exercício financeiro de 2011 e sinalizar com a implantação da tabela progressiva de aumento salarial da categoria.

A Seduc ressaltou ainda que o teor das negociações com o sindicato foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação, tendo em vista o compromisso do Governo do Estado com a transparência e a publicação de seus atos e decisões.

Valorização

A secretária de Educação, Olga Simão, disse que o Go-

verno do Maranhão vem investindo na valorização e no reconhecimento dos profissionais da educação. "O professor tem sido reconhecido, prova disso é o compromisso do Governo de implantar, na totalidade, o Estatuto do Educador ainda este ano, contemplando, inclusive, a revisão salarial da categoria", enfatizou a secretária.

Em um ranking do piso salarial pago a professores com curso superior, por 20 horas trabalhadas, o Estado tem o melhor salário do país, com o valor de R\$ 1.631,69. O Maranhão está à frente, por exemplo, do Distrito Federal e de Mato Grosso do Sul, cujas remunerações são de R\$ 1.016,77 e 994,44, respectivamente, para professores com a mesma jornada.

SE ANTECIPANDO

O corregedor-geral de Justiça, Antônio Guerreiro Júnior, pegou os rolos sobre denúncias de fraudes na distribuição de processos no Fórum do Calhau e mandou tudo para a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon. Guerreiro se antecipa ao anúncio de vistoria completa do CNJ na secretaria do fórum. Ele mostra a vontade de colaborar na apuração dos fatos pelo conselho.

DIREITOS POLÍTICOS
192201064

TJ anula sentença contra Marinho

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) anulou sentença da Justiça de 1º grau, datada de dezembro de 2009, que condenou o ex-prefeito de Caxias, Paulo Marinho, à suspensão dos direitos políticos por cinco anos, pagamento de multa fixada em 30 vezes o valor da maior remuneração recebida quando prefeito e o proibiu de contratar com o poder público, receber benefícios, incentivos fiscais ou de crédito.

Unanimemente, a câmara seguiu o voto do relator, desembargador Jaime Araújo, que deu provimento ao recurso do ex-prefeito, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos ao juízo de origem, para que seja feita a devida instrução do processo. Araújo entendeu que, no caso, não cabia o julgamento antecipado feito pelo juiz e lembrou que o Ministério Público de 1º grau já havia alertado o magistrado para a necessidade da observância das regras procedimentais.

Depois de mandar fazer uma auditoria nas contas do ex-prefeito, o município de Caxias propôs ação de improbidade administrativa contra Marinho, alegando que o ex-gestor cometeu várias irregularidades em 1996, quando prefeito.

Dentre as supostas irregularidades apontadas, a venda de ações da Petrobras sem aplicação dos recursos no município, aquisição de passagens sem licitação, despesas indevidas e execução irregular de convênios. O juiz Sidarta Gautama, da 1ª Vara de Caxias, considerou que a causa não comportava a produção de provas em audiência e julgou antecipadamente o processo, argumentando que as provas reunidas nos autos eram suficientes para formar a convicção do magistrado.

O ex-prefeito sustentou que o conjunto de provas para condená-lo foi um relatório de auditoria e considerou o auditor contratado como suspeito de parcialidade. Também pediu a produção de provas orais, periciais e documentais sobre os fatos alegados.

Ao analisar o processo, Jaime Araújo considerou ter havido erro insuperável e suficiente para anular a sentença. Disse que o magistrado de 1º grau passou ao largo da fase de instrução processual e que há aspectos técnicos específicos que necessitam ser esclarecidos por profissional habilitado. Observou que deve ser dada oportunidade ao réu de usar os meios de defesa admitidos pelo ordenamento jurídico.

ASCOM/TJ



JAIME ARAÚJO VOTOU A FAVOR DO RECURSO DO EX-PREFEITO

Deputados podem alterar escolaridade de concurso do TJ-MA para nível médio

PÁGINA 3

Assembleia pode reduzir o nível de escolaridade para o concurso de oficial de justiça do TJ. Proposta já foi aprovada em duas comissões e está pronta para ir ao plenário

Diplomas na berlinda

AGENCIA ASSEMBLEIA



A DEPUTADA VALÉRIA MACEDO CONTESTA A PROPOSTA, ENVIADA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ALINE LOUISE

Analizada e aprovada em duas comissões da Assembleia Legislativa, a redução do nível de escolaridade mínimo para concurso de oficiais de justiça do Tribunal de Justiça do Maranhão. Com sinal verde da Comissão de Constituição e Justiça, desde a semana passada a matéria está pronta para ser votada em plenário, mas, por um acordo de lideranças de bancadas da Casa, não tem data para ser discutida com os 42 deputados.

A ideia de que o grau de escolaridade exigido nos concursos para oficiais de justiça maranhenses deixasse de ser ensino superior para ensino médio completo partiu do próprio Judiciário. A matéria hoje tramita na Assembleia e tem dividido opiniões na Casa.

A questão deveria ser votada

ainda na semana passada, depois de passada pela Comissão de Constituição e Justiça sem objeções. Os líderes das quatro bancadas resolveram adiar a decisão baseados em um parecer do Conselho Nacional de Justiça que revogava a possibilidade de abrir concursos para oficiais de justiça com apenas diploma do ensino médio. O CNJ já decidiu, porém, que caberá aos estados determinarem o grau de escolaridade para estes concursos. O ultimato está nas mãos dos deputados.

O clima entre os parlamentares maranhenses ainda é de indecisão sobre o assunto. Mesmo que alguns considerem um avanço a exigência de diploma de faculdade para o exercício da profissão, a argumentação do Tribunal de Justiça é de que os aprovados em concurso para o

cargo deixam a função após passar em outros concursos do Judiciário e, além disto, a relutância que existe dos aprovados em trabalhar em co-

marcas distantes dos centros urbanos do estado. O assunto é controverso e já tem previsão de destaque na hora da votação. O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus - MA) defende que permaneça a exigência do diploma de ensino superior.

Os deputados César Pires (DEM),

Valéria Macedo (PDT) e Carlinhos Amorim (PDT) já pensam em contestar a proposta, pedindo que o artigo 1º do projeto de lei complementar 05/2010 seja suprimido e permaneçam apenas os dispositivos que determinam a criação da comarca de Cidelândia, a ser desmembrada da comarca de Açailândia.

A proposta de alteração do grau de escolaridade para este concurso veio do Tribunal de Justiça ainda em 2010 e começou a tramitar com mais agilidade na Assembleia em fevereiro deste ano. Com o acordo entre as bancadas, a matéria deve ser levada ao plenário na próxima semana, mas sem data definida.

■ Na mira

A Corregedoria do Tribunal de Justiça abriu sindicância para apurar as denúncias feitas pelo vice-prefeito de Tutóia de que o juiz da Comarca teria recebido R\$ 50 mil do prefeito Raimundo Nonato Baquil.

As denúncias feitas pelo vice chegaram ao conhecimento do Corregedor Guerreiro Júnior, que mandou abrir inquérito para apurar os fatos.

O FATO EM DESTAQUE

JUNIOR MARRECA ASSUME A PRESIDENCIA DA FAMEM

Evocando o fortalecimento do municipalismo e parceria com todas as esferas de poder, o prefeito Júnior Marreca, de Itapeturu-Mirim foi empossado, em concorrida solenidade, ocorrida na noite da última



Júnior Marreca, durante o seu discurso de posse

quinta-feira, (17), no auditório do Rio Poty Hotel, como presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão - FAMEM. Gil Cutrim (DEM), prefeito de São José de Ribamar eleito vice-presidente da entidade, fez um discurso invocando de esperanças para um futuro melhor para os prefeitos e as comunidades. O evento contou com a participação de representantes de todos os segmentos da sociedade. O vice-governador Washington Luiz Oliveira representou a governadora Roseana Sarney, que horas antes havia recebido Júnior Marreca em Palácio, garantindo-lhe total apoio na condução da FAMEM.

O pronunciamento de Júnior Marreca, além dos agradecimentos, significou um grito de alerta aos colegas prefeitos pelos graves problemas que os municípios enfrentam. Ele também destacou que, ao lado de toda diretoria irá trabalhar diuturnamente para a materialização das propostas que apresentou em sua caminhada ao cargo.

Modernização e dinamismo foram palavras bem acentuadas no discurso de Júnior Marreca. Ele disse que, agora, depois de oficialmente empossado, vai buscar parcerias junto aos governos Federal e Estadual, para que possa desenvolver as ações elaboradas e que constam de seu plano de metas.

Mais de 700 pessoas se comprimiram no auditório do ho-

tel, numa solenidade que acabou se transformando num dos grandes eventos políticos da cidade. Na Mesa, além do vice-governador Washington Oliveira, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Raimundo Freire Cutrim, o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Edmar Cutrim, a procuradora-geral de Justiça, Maria de Fátima Travassos, o deputado federal Luciano Moreira, como representante da bancada federal maranhense em Brasília e o deputado estadual J. Pinto, que representou a Assembléia Legislativa.

Representando o ex-presidente da FAMEM, Raimundo Lisboa, prefeito de Bacabal, o ex vice-presidente da entidade, Deoclides Macedo, prefeito de Porto Franco foi o primeiro a se pronunciar, destacando as ações desenvolvidas pela administração anterior e desejando sucesso à nova direção da entidade municipalista.

Também se pronunciaram durante a solenidade, o desembargador Jamil Gedeon, o presidente do TCE, Edmar Cutrim, a procuradora-geral de Justiça, Fátima Travassos, o deputado Luciano Moreira, o vice-governador Washington Oliveira e o deputado estadual J. Pinto. Todos foram enfáticos quanto à importância da FAMEM como órgão representativo dos prefeitos.